



A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA, IDENTIDADE DE GÊNERO E DIREITOS DA PERSONALIDADE: COMO O RACISMO ESTRUTURAL AFETA O RECONHECIMENTO JURÍDICO DA IDENTIDADE DE PESSOAS TRANS RACIALIZADAS

Luiza Mádhava Bento Luna¹, Valéria Silva Galdino²

¹Acadêmica do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. luizablun@gmail.com

²Orientadora, Mestre, Docente no Curso de Direito, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. valeria@galdino.adv.br

RESUMO

Esta pesquisa investiga a interseccionalidade entre raça, identidade de gênero e direitos da personalidade, com enfoque no impacto do racismo estrutural no reconhecimento jurídico da identidade de pessoas trans racializadas no Brasil. O estudo busca compreender como barreiras institucionais e sociais afetam o direito ao nome, à identidade e ao acesso às políticas públicas. A metodologia envolve uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica, análise documental de legislações e jurisprudências, além de depoimentos de pessoas trans racializadas acerca das suas experiências e desafios. A coleta de dados será realizada por meio de fontes acadêmicas, jurídicas e trabalhos de ativistas e especialistas. Os resultados esperados incluem a identificação dos principais entraves jurídicos e sociais, além da proposição de estratégias para garantir uma maior proteção e reconhecimento dessas identidades no nosso ordenamento jurídico.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de Gênero; Pessoas Trans Racializadas; Políticas Públicas; Reconhecimento Jurídico.

1 INTRODUÇÃO

A interseccionalidade entre raça, identidade de gênero e direitos da personalidade tem se configurado como um campo de estudo crucial, revelando desafios específicos enfrentados por pessoas trans racializadas na busca por reconhecimento jurídico pleno (COELHO, 2016; GRANT, 2016; ROSA, 2024). O racismo estrutural, intrinsecamente associado à transfobia, não apenas limita o acesso a documentos oficiais e direitos fundamentais, mas também torna o processo de afirmação identitária ainda mais complexo e permeado por barreiras significativas. Neste contexto, o problema central da presente pesquisa se formula na seguinte questão: "De que forma o racismo estrutural afeta o reconhecimento jurídico da identidade de pessoas trans racializadas no Brasil, afetando os direitos da personalidade?" Como base teórica, serão empregadas referências que aprofundam a discussão sobre a interseccionalidade de gênero e raça, os direitos da personalidade e os estudos acerca do impacto do racismo e da transfobia na construção social das identidades trans racializadas. A hipótese que guia este trabalho sugere que o racismo estrutural, atuando em conjunto com a transfobia, impede a efetivação plena dos direitos da personalidade para pessoas trans racializadas, resultando em sérias dificuldades para a sua inclusão social e jurídica.

Esta pesquisa adquire relevância tanto no âmbito acadêmico quanto social, na medida em que busca preencher uma lacuna na discussão sobre a interseccionalidade e os direitos da personalidade de pessoas trans racializadas no Brasil. O estudo tem o potencial de contribuir para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inclusão jurídica e social dessas identidades, além de fomentar um debate mais amplo e aprofundado sobre a urgência de mecanismos eficazes de proteção contra a discriminação. O interesse pela temática emergiu da observação das dificuldades persistentes enfrentadas por pessoas trans racializadas na obtenção de documentos e no reconhecimento legal de



suas identidades, evidenciando um problema estrutural que exige soluções concretas e imediatas.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como o racismo estrutural impacta diretamente o reconhecimento jurídico da identidade de pessoas trans racializadas no Brasil. Para tanto, busca-se analisar as legislações e jurisprudências vigentes, verificando em que medida elas garantem a efetivação dos direitos da personalidade para essa população. Adicionalmente, pretende-se identificar as principais barreiras enfrentadas por pessoas trans racializadas na obtenção de documentos e no acesso a direitos fundamentais, ressaltando como essas dificuldades são exacerbadas pela interseccionalidade entre raça e identidade de gênero. Um aspecto essencial da pesquisa é a análise do papel das políticas públicas na inclusão e proteção dessas identidades, avaliando sua eficácia na redução das desigualdades sociais e jurídicas. Finalmente, com base nas análises realizadas, o estudo visa propor estratégias jurídicas e sociais que contribuam para um reconhecimento e proteção mais robustos das pessoas trans racializadas, reforçando a necessidade de um sistema jurídico e institucional mais inclusivo e acessível, bem como de políticas públicas mais eficazes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Será utilizado o método hipotético dedutivo em que serão apresentadas as hipóteses dos problemas enumerados no desenvolvimento do projeto, a fim de promover as devidas verificações ou identificar a falseabilidade das sugestões apresentadas, bem como a inter-relação de suas variáveis. Para tal, a pesquisa teórica se concretizará na revisão de literatura de obras, artigos, documentos eletrônicos, bem como da legislação pertinente, se houver, para a solução dos problemas aventados. O plano de trabalho do acadêmico incluirá levantamento bibliográfico, leitura de obras, artigos de periódicos, documentos eletrônicos e legislação pertinente, com foco em doutrina e jurisprudência. Serão realizadas pesquisas em sites, revistas e periódicos para matérias e notícias relevantes. A elaboração de fichamento do material coletado será fundamental para a organização e análise dos dados, além da preparação de resumos para participação em eventos científicos e artigos para publicação. A participação em eventos científicos permitirá a apresentação dos questionamentos e resultados encontrados. Por fim, será elaborado um relatório final que relatará todos os passos realizados, a discussão e os resultados encontrados, com todas as etapas sendo realizadas sob a anuência e supervisão da orientadora.

3 RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÕES

Com o desenvolvimento desta pesquisa, espera-se identificar e analisar os entraves jurídicos e sociais que dificultam o reconhecimento da identidade de pessoas trans racializadas no Brasil. A partir da investigação das legislações e jurisprudências existentes, pretende-se demonstrar como o racismo estrutural e a transfobia se manifestam na ausência ou na fragilidade das garantias legais destinadas a essa população. Além disso, busca-se evidenciar as barreiras institucionais no acesso a documentos e direitos fundamentais, oferecendo um diagnóstico detalhado sobre os desafios enfrentados por pessoas trans racializadas na afirmação de sua identidade jurídica. Com base na análise das políticas públicas atuais, espera-se avaliar sua eficácia e propor medidas que possam garantir maior proteção e inclusão social. Outro resultado esperado é a sistematização das experiências e vivências de pessoas trans racializadas por meio de depoimentos e análises qualitativas, contribuindo para a produção acadêmica sobre interseccionalidade e direitos da personalidade. A pesquisa também visa fomentar o debate sobre estratégias jurídicas e



sociais que promovam mudanças concretas na forma como essas identidades são reconhecidas e protegidas pelo Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, almeja-se que os achados possam subsidiar propostas de aprimoramento das políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema jurídico mais inclusivo e acessível. A pesquisa visa, portanto, ampliar o conhecimento acadêmico sobre a interseccionalidade entre raça, identidade de gênero e direitos da personalidade, gerando um impacto direto nas discussões sobre direitos humanos, equidade racial e diversidade de gênero. Espera-se, assim, promover uma maior conscientização e engajamento social em torno da temática, destacando a urgência de mecanismos mais eficazes para a proteção e reconhecimento das pessoas trans racializadas no ordenamento jurídico brasileiro. As estratégias jurídicas e sociais propostas buscarão reforçar a necessidade de um sistema que não apenas garanta, mas também efetive plenamente os direitos da personalidade para essa população, combatendo as barreiras impostas pelo racismo estrutural e pela transfobia.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Julieta Lima. A identidade de gênero e os direitos da personalidade: a despatologização das transidentidades. 2016. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

GARCIA, K. G. S.; MACÊDO, S. J. dos S. DIREITO DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNEROS NO BRASIL. *Seara Jurídica*, v. 1, n. 21. Recuperado de <https://publicacoes.unijorge.com.br/searajuridica/article/view/203>

GRANT, Carolina Grant. Travestilidades – O Corpo em Cena: Notas Sobre a Efetividade dos Direitos da Personalidade das Pessoas Travestis no Brasil. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Florianópolis, Brasil, v. 2, n. 2, p. 19–41, 2016. DOI: 10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2016.v2i2.1344. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1344>. Acesso em: 12 maio 2025.

ROSA, Cláudio Oséias da; RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves. Nome social e a proteção do direito da personalidade no protocolo para julgamento com perspectiva de gênero como repercussão da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil. *Revista Aracê*, v. 6, n. 4, 04 dez. 2024. ISSN 2358-2472.